

ANEXO 1/2  
26 JAN 2017



**De  
MONCHIQUE**

Exm<sup>o</sup> Senhor Presidente da  
Assembleia Municipal de Monchique

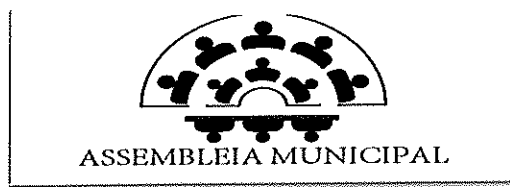
Os membros da Assembleia Municipal de Monchique (PS, PSD, CDU e MI) na sessão extraordinária do dia 26 de janeiro de 2017, apresentam para deliberação a seguinte moção de protesto e recomendação:

**MOÇÃO**

**“REVERSÃO DO CENTRO HOSPITALAR DO  
ALGARVE EPE – URGENTE!  
OS ALGARVIOS TÊM DIREITO A UMA SAÚDE  
PÚBLICA CONDIGNA”**

**Considerando que:**

- 1 – Em 2013 o XIX Governo (PSD/CDS-PP) cria, na região do Algarve, o Centro Hospitalar do Algarve EPE, com a fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE e o Hospital de Faro EPE com o objetivo que se cita: *“As mais-valias decorrentes da criação do novo Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E., são múltiplas e situam-se aos níveis assistencial, de qualidade clínica, organizacional e gestor, com particular enfoque nas vertentes económico-financeira, designadamente, de racionalização e adequação de atos clínicos e referenciação de doentes”*, com a publicação do decreto-lei nº 69/2013, de 17 de maio;
- 2 – Tudo foi feito de forma apressada, sem o cuidado de ouvir os profissionais do setor da saúde, nem autarcas da região e nem os responsáveis do setor do turismo.
- 3 – Os problemas de funcionamento do CHA - EPE são sobejamente conhecidos desde a sua implementação, dado que, logo em janeiro de 2014, decorridos apenas 7 meses, os médicos assistentes do CHA remeteram ao Dr. Pedro Nunes, Presidente do Conselho de Administração do CHA, com conhecimento aos senhores Presidentes de Câmara do Algarve, uma denúncia sobre a degradação dos serviços de saúde, pondo em causa o funcionamento de diversos serviços, nomeadamente, cirurgias programadas adiadas, denúncia da falta de material cirúrgico, atrasos nos exames complementares de imagiologia, faltas dos médicos às consultas, faltas de medicamentos (para doentes oncológicos e com doenças autoimunes - com consequências graves na sua saúde - aumento da morbilidade e provável aumento da mortalidade a



**De**  
**MONCHIQUE**

curto/médio prazo), faltas de material de uso corrente (seringas, agulhas, luvas, etc.) e agravamento da qualidade do serviço de urgências, em particular na Unidade Hospitalar de Portimão, para além da forma como o corpo clínico era considerado pelo órgão de gestão, o que provocou a saída de muitos médicos do CPA;

4 – Mais recentemente, conheceram-se os problemas nos serviços de Ginecologia, Ortopedia, Urgências e Urgências Pediátricas (a 6,7 e 8 de janeiro de 2017 não houve urgências pediátricas, embora tenham sido asseguradas num acordo com o Hospital Particular de Alvor), bem como o aumento frequente da falta de médicos e de técnicos de saúde;

5 – Por a indústria do turismo no Algarve representar uma fatia importante do PIB nacional, o Governo deve tomar em consideração que a prestação de serviços de saúde públicos e privados de qualidade são uma componente importante que integra o pacote da oferta turística no Algarve (sol, praias, atividades de montanha, gastronomia, saúde e segurança);

6 – Monchique é um dos concelhos cujos municípios são servidos pela Unidade Hospitalar de Portimão e pelo CHA e, frequentemente, somos confrontados com as queixas de quem tem de recorrer a esta instituição, considerando-se que a qualidade existente num passado recente regrediu para níveis altamente preocupantes.

Face ao exposto, os membros da Assembleia Municipal de Monchique repudiam, de uma forma clara, a degradação do serviço prestado pelo CHA em geral, e a Unidade Hospitalar de Portimão em particular, pelas condições degradantes a que o Serviço Nacional de Saúde no Algarve chegou atualmente.

Assim, reivindicam do atual Governo o seguinte:

1 – Que seja decidida com urgência a reversão da fusão do CHA – EPE, retornando ao Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e ao Hospital de Faro, no modelo que seja mais adequado, funcional e eficaz ao SNS, nomeadamente, tendo o cuidado de escolher os órgãos de gestão mais competentes e prestar um serviço de saúde de qualidade aos seus utentes;

2 – Que sejam reajustados os diversos serviços e valências e contratados os profissionais da saúde necessários para garantir, num curto prazo, a normalização dos cuidados prestados, em particular nas urgências, quer aos municípios abrangidos pelos hospitais, quer aos milhares de visitantes que anualmente vêm ao Algarve;

3 – Que o XXI Governo do PS tenha a coragem política para assumir de uma vez por todas o NOVO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE e construí-lo no mais curto espaço de tempo, porque o Algarve e os algarvios o merecem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL


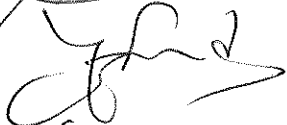


**De  
MONCHIQUE**

Dar conhecimento da deliberação que recai sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Presidente do Conselho Executivo e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, presidentes das câmaras e assembleias municipais do Algarve, Presidente da Administração Regional de Saúde do Algarve, Presidente e Delegado no Algarve da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, ordens profissionais e sindicatos do setor da saúde e,

Remeter cópia desta moção, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais.

Monchique, 26 de janeiro de 2017

Os membros da AM

  
meia d'águas Medus.

